

APRESENTAÇÃO INICIAL

Assembleia da República
Comissão de Cultura e Comunicação
(XIIª)
APRESENTAÇÃO INICIAL

Senhora Presidente

Senhoras e Senhores Deputados

Ao fazermos o balanço, e indo além da mera descrição retórica dos **Relatórios** de Contas e do Cumprimento das Obrigações de Serviço Público e do Projeto Estratégico, o ano de 2019, **muito embora tenha tido aspetos positivos, está longe de ter sido um ano fácil para a Empresa Pública de Rádio e Televisão de Portugal,**

O **Conselho de Opinião** gostaria de realçar, de entre outros, os seguintes **aspetos mais positivos**:

- Deram-se passos significativos na melhoria da eficiência energética e ambiental;

- Desenvolveu-se uma maior preocupação com a programação infantil, quer na Rádio quer na Televisão;
- Assistiu-se a melhorias na área de multimédia;
- Foram tomadas importantes medidas no sentido da modernização dos Centros Regionais dos Açores e da Madeira, mais nos Açores do que na Madeira;
- Houve uma crescente utilização do Portal Ensina e dos Arquivos em linha, que são hoje e, cada vez mais, um ativo importante de Serviço Público.

Mas, por outro lado, não podemos esquecer alguns aspetos menos desejáveis para a vida da Empresa no ano de 2019:

- A imagem da informação da Televisão, habitualmente tão positiva junto da opinião pública, degradou-se face à

conflitualidade interna, tendo havido mesmo três diretores durante um único ano;

- Os investimentos planeados e apresentados no Plano de Atividades não se concretizaram ou concretizaram-se tardiamente. Sujeitamo-nos a que, quando se iniciarem todas as emissões em HD, já o normal dos nossos congéneres da União Europeia, seja o Ultra HD, mais conhecido por 4K;
- Manteve-se a conflitualidade interna, quanto à integração de trabalhadores;
- Na formação de recursos humanos, não foram desenvolvidos nem executados planos que respondessem às necessidades da Empresa, continuando a não ser claro que trabalhadores e que competências são necessárias, assim como de que forma a Empresa vai responder às necessidades futuras de trabalhadores em diferentes áreas, em que a sua escassez é por demais evidente;

- No domínio da ação da Rádio, no âmbito da Segurança Pública (casos de catástrofes ou trânsito, por exemplo), não houve desenvolvimentos (preparação/formação) dignos desse nome;
- O **modelo de criação** de uma informação de proximidade, nomeadamente na RTP3, RTP Madeira e RTP Açores, apesar das recomendações feitas nesse sentido pelo Conselho Geral Independente e pelo Conselho de Opinião, **não foi implementado** de forma suficiente;
- O controlo de qualidade da programação e dos conteúdos não foi posto em prática, matéria absolutamente obrigatória;
- A adesão dos Portugueses à programação da televisão não aumentou de forma significativa, apesar da crise que envolveu um dos principais serviços de programas generalista privado;

- As reformas organizativas e de estrutura absolutamente necessárias para o futuro da Empresa estão longe de estar promovidas, dificultando a resposta aos desafios do sector audiovisual, assentes nas três ações fundamentais de antecipar, imaginar e mobilizar;

E, ainda, mas não menos importante,

O diálogo com o Acionista Estado não se concretizou com a transferência dos meios financeiros devidos à Empresa, quer no referente ao aumento de capital, há muito previsto e aprovado pela Comissão Europeia, quer ainda pelo facto da CAV não ter sido atualizada à taxa anual de inflação, (através da Lei do Orçamento do Estado), e que já não se concretiza desde 2017, condicionando fortemente a resposta às necessidades emergentes de investimento e modernização.

A Empresa Pública Rádio e Televisão de Portugal, pese embora tenha evoluído positivamente em diferentes aspetos, conforme já foi referido, precisa claramente de melhorar a sua estratégia de resposta aos desafios futuros em diferentes aspetos, designadamente: na oferta de serviços lineares regionais, nacionais e internacionais (canais) e não lineares (multimédia), na renovação tecnológica, nos recursos humanos e sua formação, na estrutura organizativa e na transparência da comunicação do cumprimento dos seus objetivos e missões.

Mas, o Conselho de Opinião, apesar do sentimento crítico expresso quanto ao que se vem, ou não, fazendo, gostaria de expressar, aqui e agora, uma Palavra sobre o

Futuro da Empresa Pública, que deverá ser de Esperança:

- **Que se aproveite a revisão do Contrato de Concessão do Serviço Público de Rádio e Televisão, em curso, principalmente para:**
 - melhorar a aplicação das políticas públicas quanto aos serviços de rádio, televisão e multimédia, acrescentando novas obrigações decorrentes da evolução social, técnica e económica e clarificando outras que se demonstrou serem pouco eficazes;
 - alterar o modelo, para que se passe das obrigações para o cumprimento de objetivos, devidamente parametrizados;
 - otimizar a articulação desses objetivos com o financiamento, definindo métricas de quantidade e qualidade e melhor articulação entre o Contrato de

Concessão, as Linhas de Orientação Estratégica e o Projeto Estratégico.

Que se aproveite, ainda, três situações Excepcionais que se conjugam, praticamente, em simultâneo:

A Primeira: a **renovação parcial do Conselho Geral Independente**, em curso e o fim do seu primeiro ciclo completo de 6 anos para **revivificar e consolidar o modelo** de governo da Empresa, assente na independência e na capacidade técnica de intervenção;

A Segunda: o **novo ciclo de administração na Empresa** para acrescentar **capacidade de reorganizar inovando**, maior **proximidade e interesse em servir** os Portugueses, aqui e na diáspora, com esse instrumento excepcional que é a RTP Internacional; **mais motivação**, empenho e capacitações técnicas renovadas para os trabalhadores; **maior transparência e qualidade** aos Serviços Prestados;

melhor articulação com os Órgãos Sociais e Estatutários da Empresa;

-A Terceira: **um novo Conselho de Opinião**, a partir de 17 de novembro, para que se **continue, empenhadamente, a acompanhar** a prestação do Serviço Público, sem perda do seu sentido crítico e de responsabilidade, que lhe é atribuído pela representação da Sociedade Civil.

Uma Última e breve nota: durante a pandemia, com o esforço e a dedicação de trabalhadores e professores foi possível prestar Serviço Público aos Portugueses.

É nesse exemplo de Serviço Público que nos revemos.